



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial Eletrônico do Município de 31/03/2026, Edição nº 6752, Página nº 02-04

LEI Nº 2.301/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo do Município de Nova Santa Rosa, correspondente ao exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara de Vereadores de Nova Santa Rosa, aprovou, e eu, Prefeito sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica concedida a revisão geral anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo do Município de Nova Santa Rosa, consoante disposição do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, a partir de **1º (primeiro) de abril de 2026**, no montante de **4,86% (quatro vírgula oitenta e seis por cento)** sobre o vencimento básico do mês de março de 2026.

§ 1º O percentual descrito no “caput” deste artigo, corresponde a 3,36% (três vírgula trinta e seis por cento) a título de recomposição correspondente a inflação oficial medida pelo INPC/IBGE, relativo ao período de março de 2025 a fevereiro de 2026 e 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) a título de aumento real.

§ 2º A majoração remuneratória de que trata o caput deste artigo abrangerá os servidores públicos municipais, ocupantes de cargos de provimento efetivo, em comissão, conselheiros tutelares, cargos temporários e inativos a cargo do Tesouro Municipal.

§ 3º Estão excluídos da majoração remuneratória de que trata o *caput* deste artigo:

I – os agentes políticos;

II – os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo Agente Comunitário de Saúde e Agente da Dengue – Agente de Combate às Endemias, que terão sua revisão na forma do Art. 2º desta Lei.

§ 4º Fica garantido aos servidores municipais do Poder Executivo de Nova Santa Rosa, remuneração nunca inferior ao salário mínimo nacional vigente, nos termos do Art. 7º, inciso IV e Art. 39, § 3º ambos da Constituição Federal.

§ 5º O Departamento de Recursos Humanos procederá o ajuste dos valores constantes nas tabelas das leis municipais que dispões sobre a remuneração dos servidores.

Art. 2º Fica concedida a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente da Dengue – Agente de Combate às Endemias, em atenção a Emenda Constitucional Nº 120, de 5 de maio de 2022, passando o vencimento básico inicial (Nível



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

21-A) para R\$ 3.242,00 (três mil e duzentos e quarenta e dois reais), a partir de 1º de abril de 2026.

§ 1º Em decorrência da revisão do vencimento prevista no “caput” deste artigo o nível “21” do Anexo II – Quadro de Vencimentos da [Lei Nº 1.340](#), de 27 de dezembro de 2010, passa a vigorar com alteração prevista no Anexo I desta Lei.

§ 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento das eventuais diferenças salariais existentes entre o vencimento pago pelo Município e o vencimento definido pela Emenda Constitucional Nº 120, de 05 de maio de 2022, entre 1º de janeiro de 2026 até 31 de março de 2026, para os cargos mencionados no “caput” deste artigo.

§ 3º Os valores das eventuais diferenças serão apurados mês a mês, com os devidos reflexos, sendo corrigidos pelo INPC-IBGE do período, promovendo-se os descontos e as retenções legais.

§ 4º O pagamento das eventuais diferenças será efetuado em até cinco parcelas, mensais e sucessivas, de acordo com as disponibilidades financeiras e orçamentárias do Município, com a correção prevista no parágrafo anterior, sendo o primeiro pagamento realizado até o 5º dia útil de maio de 2026.

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a alteração do vencimento básico inicial dos cargos de que trata o “caput” deste artigo, mediante decreto, na hipótese de nova alteração do salário mínimo nacional durante o exercício de 2026, para atender a Emenda Constitucional Nº 120, de 5 de maio de 2022.

Art. 3º As despesas decorrentes do disposto desta Lei correrão a conta de dotações específicas do Poder Executivo Municipal, consignadas na LOA – Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL 29 DE ABRIL, Nova Santa Rosa - PR, em 31 de março de 2026.

LARI HITZ,
Prefeito



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

ANEXO I

“Anexo II – Quadro de Vencimentos – Cargos Efetivos da
Lei nº 1.340, de 27 de dezembro de 2010”

Nível 21

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
21	3.242,00	3.339,26	3.439,43	3.542,62	3.648,90	3.758,36	3.871,11	3.987,25	4.106,86	4.230,07	4.356,97	4.487,68	4.622,31	4.760,98	4.903,81	5.050,93	5.202,45